

O Posicionamento da Diplomacia Brasileira para o Estado de Israel: da Criação aos Choques do Petróleo

Bert Venema^{*}
Iñigo Alexander^{**}
Lauro Kluwe^{***}
Rafael Branchtein^{****}
Rodrigo Dichuta^{*****}

RESUMO: Este artigo busca analisar as relações diplomáticas do Brasil com o Estado de Israel dentro do contexto internacional, desde o final da Segunda Guerra Mundial até o final do governo militar. A diplomacia brasileira durante o período foi primordialmente pautada por uma visão pragmática, tendo sido fortemente afetada por interesses econômicos, sobretudo com relação ao petróleo.

PALAVRAS-CHAVE: Oriente Médio. Israel. Relações Diplomáticas. Choques do Petróleo. Brasil.

* Graduando em Relações Internacionais, na Universidade de Leiden. Contato: venema.bert@hotmail.com

** Graduando em Relações Internacionais, na Universidade de Leiden. Contato: i_alexander95@hotmail.com

*** Graduando em Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: lauro.kluwe@gmail.com

**** Graduando em Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: rafaelbranchtein@gmail.com

***** Graduando em Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: rdichuta@gmail.com

1 Introdução

O Oriente Médio é uma região que possui extrema importância para o mundo, devido às suas reservas de petróleo e gás, ao seu posicionamento central na Eurásia e por ser berço de civilizações e das principais religiões monoteístas, dentre outras razões. Portanto, torna-se mister a análise dos posicionamentos realizados pelos outros Estados para a região, a fim de que seja possível compreender a conjuntura internacional de maneira satisfatória. Dentro da região, dos acontecimentos do princípio da última metade do século XX, podemos destacar o término do controle direto das potências europeias, a criação do Estado de Israel e as consequentes guerras árabe-israelenses, e a crescente importância da indústria do petróleo.

Este artigo busca analisar a política externa brasileira para o Estado de Israel e o Oriente Médio, entre 1947 e os primeiros anos da década de 1980, levando em consideração o contexto político interno brasileiro e externo mundial. Utiliza-se como fonte primária os discursos da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), bem como os votos da delegação em resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, que diziam respeito a questões de Israel e Oriente Médio, e alguns outros documentos da diplomacia brasileira. A hipótese central do artigo é que a política externa brasileira no Oriente Médio era reflexo de outras políticas e interesses brasileiros, sem haver um interesse específico na região, ao menos até a primeira crise do petróleo em 1973.

2 O Posicionamento da diplomacia brasileira para o Estado de Israel: da criação aos choques do petróleo

As relações entre Brasil e Israel começam previamente à própria inauguração do Estado de Israel, durante o período da Segunda Guerra Mundial, por meio da imigração judaica para o Brasil e por meio de reuniões oficiais do governo brasileiro com representantes sionistas. Sob a chefia de Osvaldo Aranha na pasta do Ministério de Relações Exteriores, o Brasil concede milhares de vistos para judeus europeus e, juntamente com Vargas, se reúne com um grupo de representantes da

Congregação Judaica Mundial (World Jewish Congregation) (CARNEIRO, 2008). Por outro lado, o Brasil flertava com políticas e discursos antissemitas, flerte que é mitigado pelo alinhamento brasileiro com os Aliados e corte das relações com os países do Eixo em 1942. Após romper relações com o Eixo, a diplomacia brasileira incentiva outras nações, principalmente as latino-americanas, a fazerem o mesmo. (CARNEIRO, 2008). Já nesta época, é possível perceber o dualismo da política externa brasileira a respeito da questão judaico-sionista e seu caráter decisivo sendo circunstancial e levado adiante por interesses maiores indiretamente relacionados, como aproximar-se dos Estados Unidos.

Após seu mandato no Ministério de Relações Exteriores, Osvaldo Aranha é enviado para a missão diplomática do Brasil nas Nações Unidas, tornando-se presidente da Assembleia Geral logo após, em 2 de abril de 1947. Durante sua presidência, ocorre a histórica votação da resolução 181, que determina o plano de partilha da região da Palestina, a ser adotado após a retirada das tropas inglesas ocupantes. Os países árabes foram veementes na sua oposição ao projeto, enquanto o lobby sionista buscava conseguir o máximo de votos favoráveis possíveis para aprovar a resolução. Ao final, a resolução foi adotada com 33 votos a favor, contra 13 votos negativos e 10 abstenções.

No imediato pós Segunda Guerra Mundial, o Governo Eurico Gaspar Dutra assume a conduta diplomática de alinhamento automático aos Estados Unidos da América nos fóruns multilaterais, alinhamento este ditado pelas circunstâncias, tendo em vista os objetivos das políticas de industrialização herdadas do período anterior. O governo esperava receber grandes somas de capital norte-americano, aos moldes do Plano Marshall (VIGEVANI, KLEINAS, 1999). De fato, acreditava-se que o estreitamento das relações com os Estados Unidos traria benefícios concretos para o Brasil, o que se provou uma visão de certa forma ilusória, pois o país não ocupava mais a posição estratégica da qual gozara durante o conflito (MOURA, 1982; VIGEVANI; KLEINAS, 1999).

Foi visando seu próprio benefício que o Brasil vota em consonância com a potência do bloco ocidental na resolução 181 da Assembleia Geral da ONU. Em telegrama a Aranha, o então Ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes indica a delegação brasileira a votar “acompanhando, em caso de uma decisão concreta da

Assembleia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América” (Fernandes a Aranha, AHI, telegrama 122, 12/09/47, in BRASIL, 1947). Conforme evidenciou Moura (1991, p. 59-60): “durante o governo Dutra, a atuação do Brasil na ONU guiou-se pela regra de seguir o voto dos EUA em todas as questões importantes, com uma única exceção: quando dos conflitos entre EUA e Argentina, procurou-se preservar a solidariedade aos EUA, sem ser hostil à Argentina”. Este trecho do telegrama também consolida duas características centrais do voto brasileiro na ONU da época: seguir a liderança norte-americana e seguir a maioria (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Outro indicativo do remoto interesse que a partilha da região da Palestina determinava para o governo brasileiro foi a demora para a formação de uma posição oficial do Catete sobre a votação. Dias antes da votação é solicitado um parecer oficial sobre a questão pelo embaixador brasileiro no Egito, que obtém como resposta:

Como Vossa Senhoria bem pode avaliar, não devemos tomar partido na questão da Palestina, que só nos interessa muito remotamente. Por isso, a delegação do Brasil junto à Assembleia Geral da ONU foi instruída no sentido de procurar uma solução de compromisso, aceitável para ambas as partes em litígio (Secretaria de Estado à Legação no Cairo, AHI, telegrama 56, 11/11/47, in BRASIL, 1947).

Após a votação, que aprovou a partilha da região da Palestina em dois Estados, como determinado pelo relatório do Comitê Especial sobre a Palestina das Nações Unidas, intensificam-se as tensões entre árabes e judeus, que culminam na guerra árabe-israelense de 1948, após a retirada das tropas britânicas da região e a declaração de independência de Israel. O Brasil tarda em reconhecer o Estado de Israel, podendo ser apontados três principais motivos: a) até então, o Brasil possuía missões diplomáticas no Líbano, no Egito e na Síria, e não gostaria de antagonizar estes países que estavam em guerra com Israel; b) existia uma expressiva comunidade de imigrantes sírio-libaneses no território brasileiro, que seriam contrários ao reconhecimento; c) ainda esperavam o amplo reconhecimento da comunidade internacional, seguindo a política de se posicionar junto à maioria (VIGEVANI; KLEINAS, 1999). De fato, segundo a descrição de Samuel Malamud, enviado de Tel Aviv para fazer contatar o Brasil, o Itamaraty possuía dois receios ao reconhecer Israel *de jure*: o medo do efeito que tal atitude teria nas suas relações com os países

árabes e o receio de que houvesse um grande número de comunistas no governo provisório israelense. Contudo, após o término da guerra árabe-israelense de 1948, o Brasil reconhece o Estado de Israel em 1949 e, em 1952, estabelece uma embaixada em Tel Aviv e envia o embaixador José Fabrino de Oliveira Baíão. Além disso, em 1951, Café Filho, então Vice-Presidente do Brasil, decide fazer visita semi-oficial a Israel, sendo homenageado em Jerusalém, o que demonstra o avanço nas relações bilaterais entre os dois países, apesar dos receios iniciais brasileiros.

Getúlio Vargas volta ao poder, democraticamente, em 1951, com projeto que procurava introduzir um modelo capitalista industrializante mais autônomo, porém sem ser independente do capital estrangeiro. Majoritariamente conservador, o governo possuía duas ênfases na política externa: o caráter nacionalista e a expectativa de maior cooperação econômica com os Estados Unidos (HIRST, 1990). Para isso, Vargas nomeia João Neves da Fontoura para a pasta de Relações Exteriores, com o objetivo de concretizar a criação de uma comissão para o desenvolvimento econômico entre os dois países. Os principais frutos desse ímpeto foram projetos econômicos focados na indústria da energia e do transporte, recebendo empréstimo de US\$ 181 milhões do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Eximbank, apesar do valor pleiteado ter sido de US\$ 387 milhões (CANO, 2015). Por outro lado, devido ao maior peso que a indústria agora representava, um dos focos centrais do governo getulista foi a elaboração de um estudo petrolífero no Brasil, do qual surge a criação da Petrobrás em 1953, criando-se o monopólio da exploração e venda de petróleo no Brasil (HIRST, 1990).

Em 1956, com o surgimento da crise de Suez, Israel, com o apoio do Reino Unido e da França, declara guerra ao Egito. O fato que desencadeia esse conflito é a nacionalização do canal (cujo controle ainda pertencia à Inglaterra), realizada pelo presidente Gamal Abdel Nasser, bloqueando o porto israelense de Eilat. A política externa de Nasser se construía sobre o papel de liderança que o Egito buscava na comunidade árabe, o que impulsionou algumas medidas de confrontação ao ocidente, intensificando o nacionalismo. Por outro lado, o presidente egípcio manteve relativa distância à União Soviética, garantindo, assim, certa margem de independência em meio ao cenário bipolar da Guerra Fria, tendo sido, inclusive, um dos líderes mais expressivos na Conferência de Bandung (FELDBERG, 2008).

Ao mesmo tempo em que o canal era bloqueado, também o foi o Estreito de Tiran - única saída de Israel ao Mar Vermelho. Os conflitos armados duraram apenas uma semana, e dentro de um mês as forças invasoras foram evacuadas sob a supervisão das tropas da ONU, inclusive com a participação brasileira. O resultado deste conflito, em um nível sistêmico, foi a aproximação do Egito com a URSS. O posicionamento da diplomacia brasileira foi basicamente de neutralidade. Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, pronuncia-se o embaixador Cyro de Freitas-Valle:

[...] na questão do canal, vários princípios gerais já foram aceitos por todas as partes envolvidas. Em nome da delegação do Brasil, quero enfatizar que seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. Também gostaríamos de mais uma vez enfatizar que não toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo canal sob qualquer alegação [...]. Israel é um estado soberano com os mesmos direitos e obrigações de todos os membros das nações unidas... por outro lado, os agravos sofridos pelas nações árabes como resultado do aparecimento de Israel são facilmente compreensíveis [...]. Por um lado, vemos os países menos desenvolvidos, cujos povos não podem mais aceitar o subdesenvolvimento, numa busca desesperada dos meios pelos quais poderão acelerar seu processo de desenvolvimento, envolvendo-se em diferentes sistemas de aliança militar na esperança de assim poder contar com uma ajuda maior dos líderes ou sublíderes desses sistemas. Por outro lado, vemos os países desenvolvidos tentando perpetuar um sistema de relacionamentos internacionais que vai garantir para eles o futuro, assim como o fez no passado, um suprimento vital de bens essenciais aos quais as suas economias se adaptaram durante muito tempo e cujo desaparecimento iria provocar problemas de readaptação, que os mesmos não estão nem psicológica, nem economicamente preparados para enfrentar (CORRÊA, 2012, p. 114-115).

Freitas-Valle, já durante o governo de Juscelino Kubitschek, claramente recorre ao discurso terceiro mundista - de que, a partir da Revolução de 1930, viera a ser uma constante na retórica da política externa brasileira - para dar alguma legitimidade à ação de Nasser, mas, concomitantemente, faz uma dura crítica ao bloqueio do canal. Essa neutralidade, ou equidistância, com relação a Israel e os países árabes em geral, é constante na retórica da diplomacia do Brasil até o término da Guerra de Yom Kipur, em 1973.

No Governo de Jânio Quadros, é incorporada uma nova Política Externa Brasileira, denominada Política Externa Independente (PEI). Essa pode ser sintetizada em cinco princípios básicos (VISENTINI, 1995). Esses cinco princípios eram: (i) ampliação do mercado externo dos produtos primários e, em menor medida, dos manufaturados brasileiros, através da redução tarifária no âmbito latino americano e da intensificação das relações comerciais com todas as nações; (ii) formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico e prestação e aceitação de ajuda internacional nos marcos destes planos; (iii) necessidade de manutenção da paz por meio da coexistência pacífica; (iv) não-intervenção nos assuntos internos de outros países, a autodeterminação dos povos e o primado absoluto do direito internacional com relação aos problemas mundiais; e (v) apoio à emancipação completa dos territórios não autônomos, qualquer que fosse a forma jurídica utilizada para sujeitá-los à metrópole (VISENTINI, 1995).

Mesmo que os Governos de Quadros e Goulart tenham tomado posições terceiro-mundistas, ao qual pertencia o mundo árabe, o estreitamento dos laços entre o Brasil e a região foi lento. Para o Estado de Israel, a América Latina não representava uma região prioritária. Mesmo assim, o governo Brasileiro assinou, já no Governo de João Goulart, um Acordo Básico de Cooperação Técnica em 1962 com o Estado de Israel, motivado pelo desejo de avançar a cooperação científica e tecnológica (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

A importância da PEI em relação ao Oriente Médio se tornou visível quando “estabeleceu laços diplomáticos com Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Kuwait e intensificou relações preexistentes com Síria, Líbano e Jordânia” (ROSA, 2000, p. 439). Isso foi uma mostra do desejo de abrir novos mercados e estabelecer relações com todos os países.

Outro resultado da PEI foi uma deterioração das relações diplomáticas com os EUA. Brasil já não se alinhava automaticamente à maior economia do mundo. Mesmo assim, as relações do governo brasileiro com Israel não foram afetadas por esse desenvolvimento. A razão para isso foi o fato de que as relações com Israel foram baseadas em pragmatismo e utilitarismo. Assim, as relações entre os dois países também não foram afetadas pelo golpe de estado no Brasil em 1964 (CASARÕES; VIGEVANI 2014). O governo seguiu com a política de equidistância em

relação ao conflito árabe-israelense, podendo ser evidenciado na declaração feita em reunião de embaixadores brasileiros no Oriente Médio:

Recomenda a Reunião que continue a diplomacia brasileira a manter, em face do conflito árabe-israelense, a posição realista, imparcial e equânime já constante de instruções específicas da Secretaria de Estado e que é a de ver no Estado de Israel uma realidade no cenário internacional, com a qual [...] se sente o Brasil perfeitamente livre para conduzir relações bilaterais e legítimas, mas ressalva sendo feito de que o reconhecimento da realidade estatal de Israel não implica endosso total ao status quo vigente na Palestina (BRASIL, 1966 apud SILVA; PILLA, 2012, p. 114-115).

Após 1956, as tensões se elevam até atingirem novo ápice em 1967. Nesse ano, novamente, Israel e os países árabes engajam-se em conflito armado. Desta vez, Egito, Jordânia e Síria contam com o apoio de uma série de outros países. O início se dá quando a força aérea israelense lança uma ofensiva contra bases da força aérea egípcia, na península do Sinai, alegando estar tomando uma atitude preemptiva. Além da Península, forças blindadas de Israel investem ofensivas na faixa de Gaza e nas colinas de Golá, na fronteira com a Síria. Rapidamente, torna-se clara a superioridade militar dos israelenses e, mais uma vez, o Brasil adota uma postura de neutralidade. Nas palavras do ministro José de Magalhães Pinto, em discurso na Assembleia Geral:

De um lado, reconhecemos a existência do estado de Israel, de todos os direitos e prerrogativas de uma nação soberana; por outro lado, reconhecemos a validade [...] de muitas e importantes reivindicações dos países árabes. O que é de se evitar é a permanência de um estado de beligerância entre os membros desta organização, com episódios militares e prejuízos substanciais para a economia [...] e riscos constantes para a paz mundial. Continuaremos a cooperar, dentro do clima de amizade que nos une a ambas as partes, para que uma solução justa e duradoura venha a permitir aos povos do oriente médio concentrar seus esforços nas tarefas profícuas de seu desenvolvimento e prosperidade (CORRÊA, 2012, p. 231).

No mês de novembro do mesmo ano é aprovada a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, a qual versa principalmente sobre a retirada das tropas israelenses das áreas ocupadas. Tal documento é fortemente endossado pelo Brasil, e posteriormente citado em vários de seus discursos, apesar do fracasso de seu projeto de resolução anterior. Juntamente com outros países latino-americanos,

como a Argentina, o Brasil atuou ativamente no Conselho da Segurança para que Israel retirasse suas tropas e liberasse a navegação dos mares na região. Foi nesse contexto que o Brasil apoiou a resolução 242 do Conselho de Segurança. Mesmo que tenha se articulado uma política de equidistância, nos anos seguintes, a política Brasileira se tornou mais favorável ao mundo árabe, como resultado da política econômica adotada no governo de Médici e a importância do petróleo para esta política (SILVA; PILLA, 2012).

As tensões atingem outro pico em 1973, mas por motivos ligeiramente diversos. Com a morte de Nasser e a ascensão de Anwar Al Sadat, dois anos antes, passa a ocorrer uma gradual mudança no eixo diplomático do Egito, que voltava a se aproximar das potências ocidentais. O objetivo da guerra, por um lado, era recuperar os territórios da Península do Sinai e das Colinas do Golã, perdidos durante a Guerra dos Seis Dias. Por outro lado, Sadat desejava mostrar ao mundo que, sob sua liderança, o Egito tivera suas forças revigoradas e seu clamor pela liderança árabe ainda era válido (CARRERAS, 1992). Dá-se, então, no mês de outubro, um ataque surpresa de forças sírias e egípcias aos citados territórios, dando início à Guerra de Yom Kipur.

Novamente é inegável a superioridade militar dos israelenses, que ainda contam com o apoio dos EUA. Todavia, Sadat foi relativamente bem-sucedido, fazendo o mundo voltar seus olhos ao Egito. O sentimento de vingança obtido pelos árabes foi suficiente para impulsionar os Acordos de Camp David, intermediados pelos Estados Unidos, que viriam a ser assinados cinco anos depois e consagrariam a devolução da Península do Sinai ao Egito. Algumas potências árabes, como forma de boicote aos Estados que apoiavam a existência de Israel, diminuíram drasticamente a quantidade de petróleo ofertada, através da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Isso causou uma astronômica inflação dessa *commodity* e uma grande crise, que foi fundamental para que o Brasil revisse sua atuação diplomática no Oriente Médio.

Sobre a Guerra de Yom Kipur, não há qualquer declaração brasileira nas Nações Unidas. Entretanto, a partir da subsequente elevação dos preços do petróleo, “a diplomacia brasileira passaria a sentir a necessidade de demonstrar um apoio mais claro às principais demandas dos países árabes, para que não sofresse com

o embargo petrolífero promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)” (SILVA; PILLA, 2012, p. 116). Isso demonstra o pragmatismo das relações exteriores do Brasil, visivelmente influenciadas pelos fatores econômicos, e nem tanto ideológicos, talvez com apenas algumas exceções ao longo de sua tradição diplomática.

A quadruplicação do preço do barril do petróleo, que segue a Guerra de Yom Kipur, é o método encontrado pelas nações árabes para despertar a consciência moral frente ao conflito contra Israel. Assim sendo, o Brasil viu-se atingido por dois frentes: por um lado, é o maior importador de petróleo dentre os países em desenvolvimento; por outro, suas exportações para a região são muito reduzidas, implicando um enorme desequilíbrio na balança comercial (SANTANA, 2006). Desta forma, afirma o embaixador Luciano Rosa: “[...] imperativo de uma definição mais precisa e melhor fundamentada de nossa posição ante os conflitos no Oriente Médio e, particularmente, a questão palestina, sem o que estariam comprometidos os ensaios de aproximação com os países árabes” (ROSA, 1996 apud SANTANA, 2006, p. 160).

Nesta perspectiva, ainda em novembro de 1973, quinze Estados africanos aprovam a resolução que incluía o Brasil como um dos países a sofrer boicote no fornecimento de petróleo, caso não fosse revista a sua posição frente ao expansionismo israelense e o *apartheid* sul-africano. Importando cerca de 80% do petróleo utilizado internamente, o Brasil, então, assume uma clara posição pró-árabe nas discussões multilaterais, a fim de manter o abastecimento necessário do insumo e possibilitar a intensificação dos laços comerciais entre o país e a região (SANTANA, 2006).

O esforço para preencher vazios diplomáticos, levando em conta os interesses nacionais, é a ideia básica da Diplomacia do Pragmatismo Responsável e Ecumênico do Governo Geisel, visando aproximar-se dos países árabes. Se, por um lado, mantém uma cooperação técnica com Israel para o desenvolvimento agrário, por outro, o Brasil distancia-se de Tel Aviv, visando a manutenção do projeto desenvolvimentista, o que levou ao fim a equidistância frente ao conflito árabe-israelense (VISENTINI, 2004, in SILVA; PILLA, 2012). O maior indicativo deste distanciamento com Israel é representado pelo voto brasileiro favorável

à Resolução 3379 da Assembleia Geral, em 1975, a qual caracterizava o sionismo como uma forma de racismo no mundo (SILVA; PILLA 2012).

Neste âmbito, em 1971, o Brasil estreita seus laços com a Arábia Saudita e, especialmente, com o Iraque. Com as aproximações com este último, principalmente entre a Petrobras e a nacionalizada Iraq Petroleum Company, é acordado que, em compensação ao petróleo comprado, o Iraque adquiriria bens manufaturados do Brasil. Dentre estes, chama atenção a compra de blindados militares de produção brasileira (SANTANA, 2006).

O governo de João Batista Figueiredo caracteriza-se pela continuidade à Diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel. Com o início da Revolução Iraniana e da Guerra Irã-Iraque, em 1979, ocorre o Segundo Choque do Petróleo, obrigando o Brasil a contrair empréstimos juntos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para lidar, não apenas com a nova escassez do insumo, mas também com a nova realidade financeira internacional. No entanto, conforme afirma o ex-chanceler Saraiva Guerreiro: “[...] poucos países fizeram tanto para reduzir sua dependência do petróleo como o Brasil, quer aumentando sua produção na plataforma, a grandes profundidades, quer lançando o pró-álcool” (GUERREIRO, 1992 apud SANTANA, 2006 p. 171).

Desta forma, observamos que, no decorrer do período militar, vivencia-se um progressivo afastamento de Brasília em relação a Tel Aviv, e uma igualmente progressiva aproximação com os países árabes e africanos, em especial Iraque e Arábia Saudita. No plano político, o saldo diplomático é positivo, com a abertura de mais de uma dezena de embaixadas na região, embora tenha sido economicamente insuficiente. No entanto, frisamos que tais atitudes, como abordado, não se dão por solidariedade às demandas dos países árabes e africanos, mas sim pela política externa pragmática desenvolvida durante o período e pela necessidade econômica, gerada pela conjuntura internacional, que impositivamente levam ao afastamento entre Brasil e Israel.

Este afastamento de Brasília em relação a Tel Aviv, e uma igualmente progressiva aproximação com os países árabes e africanos, necessária pelos planos nacionais, como “Plano Brasil Grande Potência” do Governo Médici, é possibilitada pela “Diplomacia Responsável e Ecumênica” dos Governos Geisel e Figueiredo, com

certas similaridades à Política Externa Independente. De fato, esta mudança se deve à conjuntura internacional vivenciada pelo Brasil e às políticas de desenvolvimento interno implementadas anteriormente, que geram a maior dependência do petróleo.

3 Considerações finais

A política externa brasileira para Israel e o Oriente Médio, de maneira geral, assume uma atitude pragmática, sem determinações ou restrições de cunho ideológico-político, sendo movida pelos interesses desenvolvimentistas brasileiros. É bastante visível o desinteresse brasileiro pela região, mesmo durante as discussões da Resolução 181 da Assembleia Geral, perdurando somente até o ponto onde seus interesses econômicos começam a ser afetados. A industrialização brasileira, em dado momento, faz com que o petróleo passe a ser um produto chave na economia brasileira, gerando uma grande dependência. Cria-se a Petrobrás, e, a partir do primeiro choque do petróleo (pós-Guerra de Yom Kipur), há a necessidade de se aproximar progressivamente dos árabes para que o Brasil não seja afetado pelo embargo dessa *commodity*, o que presume um imperativo afastamento em relação a Israel. Deve-se concluir, portanto, que as relações Brasil-Israel se encaixam em uma lógica um tanto mais abrangente: o fato de a política externa do Brasil ser pautada primordialmente por um viés pragmático ante as ideologias de governo - não que estas últimas não afetem a PEB, mas observa-se que seu rumo é ditado por interesses estratégicos e pontuais.

Brazilian Diplomacy Towards the State of Israel: From its Creation Until Oil Prices' Shocks

ABSTRACT: This article analyzes the diplomatic relations between Brazil and Israel, from a brazilian standpoint, from the end of World War II until the end of Brazil's military government. Brazilian diplomacy was mainly conceived through a pragmatic point of view, prioritizing economic interests, particularly regarding oil.

KEYWORDS: Middle East. Israel. Diplomatic Relations. Oil Price Shocks. Brazil.

Referências

BAEZA, Cecília. *O reconhecimento do Estado Palestino: origens e perspectivas*. Boletim Meridiano 47, volume 12, número 126. IBRI, 2011.

_____. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Telegramas do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil*, 1947.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Tel-Aviv. *Brasil – Israel*. Disponível em: <<http://telaviv.itamaraty.gov.br/pt-br/brasil-israel.xml>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. Ministério de Relações Exteriores. *Relatórios Ministeriais Anuais do Itamaraty*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CANO, Wilson. *Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento*. São Paulo: Rev. Econ. Polit. vol.35 no.3, 2015. ISSN 1809-4538.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. *O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?* São Paulo: História, 2014. ISSN 1980-4369.

CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2014.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. Brasília: FUNAG, 2012.

FELDBERG, Samuel. *Estados Unidos e Israel: uma aliança em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GONZAGA, André Luís. *A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951*. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, 2008.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

HIRST, Monica. *O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Segundo Governo Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MARTINEZ CARRERAS, José. *El mundo árabe e Israel*. Madrid: Istmo, 1991.

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Editora, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Portal das Nações Unidas. *Oswaldo Aranha (Brazil)*. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/55/president/bio02.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

ROSA, Luciano Ozório. “*O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990)*”, in: ALBUQUERQUE, José Augusto Gilhon (org.) *Sessenta anos de política externa 1930-1990*. São Paulo: Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais - USP, v. 3, 1996, p. 443 e 444.

SANTANA, Carlos Ribeiro. *O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática*. Rev. Bras. Polít. Int. 49 (2): 157-177, 2006.

SILVA, André L. Reis da; PILLA, Bruno. *O Oriente Médio na Política Externa Brasileira (1947-2011): Aproximação, Distanciamento e Engajamento*. Porto Alegre: Ciências & Letras, 2012.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. *Brasil-Israel: Da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)*. São Paulo: CEDEC, 1999.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.